

JE

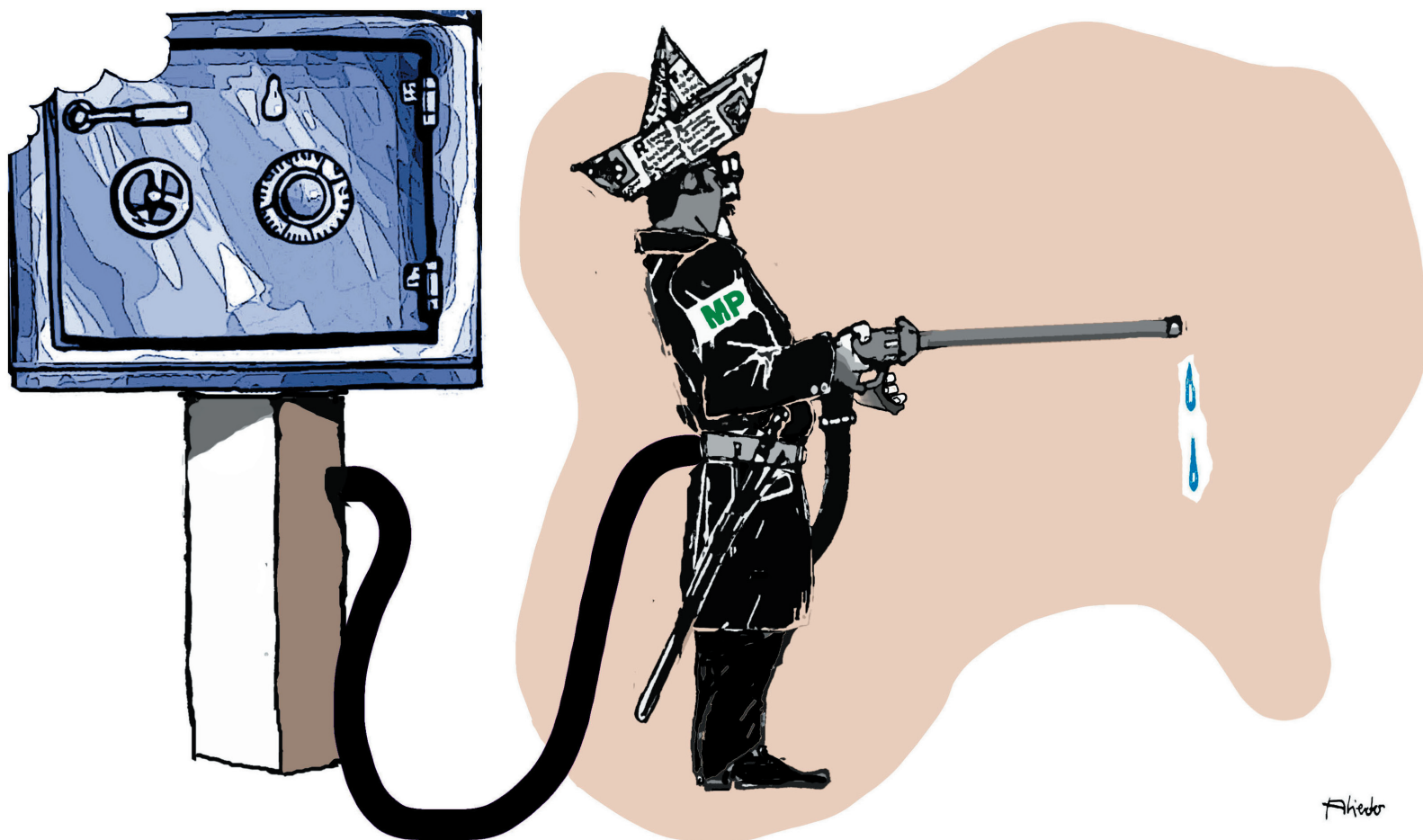
Jornal dos Economistas

Nº 360 Agosto de 2019

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Balanço econômico da Lava Jato

Pedro Campos, Luiz Fernando de Paula, Rafael Moura, Marcio Pochmann e José Augusto Ruas quantificam e avaliam os legados econômicos da Operação Lava Jato.



Resumo do trabalho de Livia Mara Salgado, segundo colocado no Prêmio de Monografia

Fórum analisa evolução do Orçamento da Criança e do Adolescente no município do Rio

Balço econômico da Lava Jato

A edição atual dedica-se a quantificar e avaliar os legados econômicos da Operação Lava Jato e seus desdobramentos sociais e políticos.

Na abertura do bloco temático, Pedro Campos, da UFRRJ, afirma que a Lava Jato forneceu subsídios a um golpe de Estado, desmantelou setores da economia brasileira e pavimentou a chegada do fascismo ao poder. Sob o pretexto de combater a corrupção, fechou um milhão de empregos, levou as maiores construtoras do país a perder 85% de sua receita entre 2015 e 2018 e abriu o mercado doméstico a empresas estrangeiras.

Luiz Fernando de Paula e Rafael Moura, da Uerj, acreditam que a desestruturação dos setores de construção civil e petróleo/gás contribuiu sobremaneira para o aprofundamento da crise econômica a partir de 2015 e levou à desarticulação de alguns dos poucos setores em que o capital doméstico era competitivo a nível internacional.

Marcio Pochmann, da Unicamp, aponta que a Lava Jato foi decisiva para o aprofundamento da trajetória regressiva da economia brasileira na segunda metade da década de 2010. A operação serviu aos propósitos externos e internos de praticar o contracionismo no gasto público não financeiro, responsável pela asfixia do crescimento econômico e pela retração da arrecadação fiscal. A operação contribuiu para a polarização e para colocar fim à perspectiva de projeto da nação.

José Augusto Ruas, da Facamp, considera que, além do amplamente discutido efeito sobre o setor produtivo, emprego e PIB, a Lava Jato operou como legitimadora da nova fase do neoliberalismo no país, marcada por uma “ética punitiva” na implementação do arsenal de políticas neoliberal. Imbuídos de um “punitivismo vingativo”, passamos a destruir os instrumentos de ação social e econômica do Estado e a acreditar que a privatização fatiada de nosso setor petrolífero, a redução de importância das empresas nacionais e mesmo a queda brutal nas condições de vida no país sejam parte de um processo redentor.

Fora do bloco temático, publicamos um resumo da monografia premiada de Livia Mara Mattos Pinto Salgado.

O Fórum analisa a evolução no município do Rio do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA), que completou 29 anos, tema de um evento que aconteceu em julho no Corecon-RJ.

Lava Jato	3
A agenda internacional anticorrupção, a operação Lava Jato e os impactos sobre as empreiteiras brasileiras	
<i>Pedro Henrique Pedreira Campos</i>	
Lava Jato	5
A Lava Jato e a crise econômica brasileira	
<i>Luiz Fernando de Paula e Rafael Moura</i>	
Lava Jato	7
Lava e vaza jato na decadência nacional	
<i>Marcio Pochmann</i>	
Lava Jato	9
Lava Jato, setor petrolífero e novo neoliberalismo no Brasil	
<i>José Augusto Gaspar Ruas</i>	
Monografia	11
Determinantes da criminalidade: uma análise sobre as regiões Norte e Noroeste Fluminense e Baixadas Litorâneas	
<i>Livia Mara Mattos Pinto Salgado</i>	
Fórum Popular do Orçamento	13
Lugar de Criança é no Orçamento Público!	
XXXIV Congresso da Ange	16

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, às segundas de 9h às 10h e de terça a sexta de 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz ou na internet: www.aepet.org.br.

Conselho Editorial: Sidney Pascoutto da Rocha, João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Passarinho, Sergio Carvalho C. da Motta, José Ricardo de Moraes Lopes e Gilberto Caputo Santos. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rosssana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Manoel Gonçalves Barbosa. **Vice-presidente:** Flávia Vinhaes Santos.

Conselheiros Efetivos: 1º TERÇO: (2017-2019) Arthur Camara Cardozo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2018-2020) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2019-2021) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Thiago Leone Mitidieri, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2017-2019) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Gisele Mello Senra Rodrigues, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2018-2020) André Luiz Rodrigues Osório, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2019-2021) José Ricardo de Moraes Lopes, Cliciana do Couto Oliveira.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

A agenda internacional anticorrupção, a operação Lava Jato e os impactos sobre as empreiteiras brasileiras

Pedro Henrique Pedreira Campos*

As recentes revelações divulgadas pelo portal The Intercept comprovam antigas suspeitas de que a Operação Lava Jato atuava enquanto um partido político, servindo a um projeto de poder que possuía inclusive horizontes de ação de nível extranacional. Para além da atuação de cunho político-partidário dos agentes da operação, as últimas mensagens expostas pela “Vaza-jato” indicam que a força-tarefa agia como uma quadrilha, com práticas criminosas, inclusive para enriquecimento pessoal de alguns de seus integrantes¹. O dano desferido pela operação já está consumado. A Lava Jato forneceu subsídios a um golpe de Estado, desmantelou setores inteiros da economia brasileira e pavimentou a chegada do fascismo ao poder.

No segmento da indústria da construção, os efeitos da Lava Jato foram devastadores. Sob o pretexto de “combater a corrupção”, a operação paralisou empresas, consumiu milhares de empregos e atrofiou a cadeia produtiva do ramo econômico a uma fração ínfima do que subsistia anteriormente. As maiores construtoras do país – Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Galvão Engenharia, UTC e Constran – tiveram perdas de 85% de sua receita entre 2015 e 2018, passando de um faturamento conjunto de R\$ 71 bilhões para apenas R\$ 10,8 bilhões. Mais graves são as estatísticas de desemprego. Nesse mesmo período, a construção pesada fechou um milhão

de postos de trabalho no país, o equivalente a 40% das vagas de emprego perdidas na economia. A maior empresa brasileira de engenharia, a Odebrecht, entrou em recuperação judicial, acumulando uma dívida total de R\$ 98 bilhões. Só nesse grupo as vagas de trabalho retrocederam de 274 mil para 48 mil postos entre 2015 e 2019. A OAS, que atualmente está em recuperação judicial e em possível caminho para a falência, outrora teve 127 mil empregados e hoje contabiliza apenas 19 mil.² As obras de infraestrutura constituem mecanismo comum para geração de empregos, formação de demanda e ampliação dos investimentos, o que é conduzido historicamente no Brasil por agências e recursos estatais. Hoje o que se vê no país são obras paradas, com os efeitos sociais negativos gerados pelo desemprego elevado.

Não é possível compreender a desmobilização da engenharia brasileira e a operação Lava Jato apenas como uma iniciativa isolada de procuradores e juízes do Paraná guiados por projetos próprios de varrer a corrupção e moralizar o país. A luta contra a corrupção se configurou enquanto uma agenda internacional nas últimas décadas. As origens dessa pauta global remontam ao *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) – fundado em 1977 nos EUA e reformulado em 1988 –, que internacionalizou a bandeira do combate à corrupção. Peter Bratsis indica como o tema ganhou força no período pós-Guerra Fria, abraçado por organismos internacionais como Transparência Internacional, The Open Socie-

ty Institute, Bird, FMI, OCDE e OEA. Esse autor sinaliza a diretriz do Banco Mundial sobre a questão: “Combater a corrupção tornou-se prioridade política para a comunidade internacional em desenvolvimento ao longo das últimas duas décadas e extensos esforços de reforma nesse sentido foram empreendidos. Tais reformas apoiam-se na ideia de que a corrupção é uma disfunção da administração pública que surge na presença do monopólio e do sigilo, o que, por sua vez, pode ser controlado promovendo-se prestação de contas e transparência”³.

Algumas mensagens divulgadas por Glenn Greenwald e sua equipe dão conta de estreitas relações mantidas entre promotores da Lava Jato e agentes da Transparência Internacional⁴. A bandeira do combate à corrupção foi canalizada por essa e outras organizações globais, com a prescrição de práticas e regras, particularmente em países periféricos. O governo brasileiro subscreveu tratados e aprovou leis defendidas por esses organismos. Alguns desses regulamentos proporcionaram instrumentos de ação para a Lava Jato. Antes disso, integrantes da operação, como Sergio Moro, fizeram cursos sobre o assunto oferecidos por agências do governo norte-americano na sua embaixada no Brasil.⁵

No que tange ao segmento de obras de infraestrutura, a operação cumpriu o papel de fragilizar as maiores construtoras nacionais do setor, abrindo o mercado doméstico para empresas estrangeiras. Assim, a bandeira do com-





bate à corrupção foi conveniente para desbaratar grupos econômicos brasileiros, abrindo ao capital externo setores como o de petróleo e gás, eletricidade, construção e administração de rodovias, aeroportos e outros equipamentos de infraestrutura. Walfrido Warde alerta para os males derivados de certo enfrentamento da corrupção, criticando a criminalização da política, a espetacularização e a desmoralização das instituições. Nos seus aspectos econômicos, o autor aponta que “o combate à corrupção é um negócio, talvez uma técnica de demolição de economias nacionais e de desestabilização política, uma estratégia concorrencial, um meio, jamais um fim.”⁶

Historicamente a denúncia da corrupção no Brasil tem sido instrumentalizada para finalidades políticas, geralmente de forma se-

letiva. A polissemia e imprecisão do termo auxiliam na sua exploração pela mídia, de maneira novelizada, sem a problematização das origens e dos aspectos estruturais que resultam na “corrupção”.⁷ O seu sentido atual é derivado de uma concepção ideológica liberal de separação do público e do privado, típica do Estado capitalista, servindo para omitir o viés de classe do Estado.⁸ A forma como grupos empresariais de comunicação trata a questão serve à produção de um discurso que assimila a “corrupção” ao Estado e o mercado ao não-corrupto, apoiando a causa da privatização. Sua difusão no senso comum se dá de forma simplificada, omitindo-se outras práticas ilegais que poderiam ser consideradas “corruptas”, como a sonegação de impostos, que envolve valores bem superiores aos “escândalos” explorados pela impren-

sa. De forma similar, mecanismos legais, mas eticamente questionáveis e injustos como os salários dos agentes do sistema judicial, nossa estrutura tributária ou a administração da dívida pública não são identificados com a “corrupção”. Resta que a temática é explorada com certas finalidades, o que faz secundarizar outras questões mais graves. Como afirma o especialista Marcos Bezerra: “[...] o combate à corrupção tem servido para diferentes fins que não estritamente o controle das práticas tidas como de corrupção. Dito de outro modo, ele tem se prestado a usos sociais distintos: regulamentação de relações políticas e comerciais, deslegitimação de governos e governantes, mobilizações sociais, lutas políticas etc.”⁹

O uso da agenda anticorrupção parece constituir forma atualizada e sofisticada de romper

barreiras protecionistas e abrir espaço para o avanço do grande capital internacional sobre mercados promissores antes restritos a grupos econômicos específicos. Dessa forma, a Lava Jato parece ter sido um rotundo êxito, por ter rompido a proteção que garantia às empresas domésticas a exploração do mercado de infraestrutura nacional e, no cenário de uma disputa intercapitalista de ordem global, ter ajudado a promover o enquadramento do capitalismo brasileiro, desmantelando algumas das suas principais empresas e neutralizando alguns dos seus principais líderes.

* É professor do Departamento de História da UFRRJ.

1 Folha de S. Paulo. *Deltan fez plano de lucrar com imagem da Lava Jato*. Edição de 14/7/2019.

2 Valor Econômico. Edição de 1/7/19, página C5.

3 Citado por BRATSIS, Peter. “A corrupção política na era do capital transnacional”. *Crítica Marxista*. Campinas, n. 44, 2017, p. 21.

4 The Intercept. “Caraaaca”. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/07/07/lava-jato-vazamento-delacao-venezuela/> publicado em 7/7/19.

5 KANAAN, Gabriel Lecznieski. *O Brasil na mira do tio Sam*: a atuação da embaixada dos EUA durante o governo Lula. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2019.

6 WARDE, Walfrido. *Espetáculo da Corrupção*: como um sistema corrupto e o modo de combatê-lo estão destruindo o país. São Paulo: Leya, 2018, p. 10.

7 Conforme SOUZA, Jessé. *Radiografia do Golpe*. Rio de Janeiro: Leya, 2016. Ver também PINTO, Eduardo Costa et al. “A guerra de todos contra todos: a crise brasileira”. Texto para discussão IE-UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

8 Ver BOITO Júnior, Armado. “A corrupção como ideologia”. *Crítica Marxista*. Campinas, n. 44, p. 9-19, 2017.

9 BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção*: um estudo sobre poder político e relações pessoais no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018, p. 16.

A Lava Jato e a crise econômica brasileira

Luiz Fernando de Paula*

Rafael Moura**

No dia 1 de janeiro de 2011, quando Presidente Lula entregou a faixa presidencial para Dilma Rousseff, o ambiente envolvendo o Brasil era de enorme otimismo. Tamanho otimismo parecia corroborado por indicadores recentes até então: no plano econômico, o país acabava de registrar uma impressionante taxa de crescimento do PIB na ordem de 7,5% a.a., uma das maiores vistas na Nova República. Concomitantemente, em plena crise financeira global, o governo adotara um conjunto de medidas keynesianas anticíclicas a partir do final de 2008, que permitiram uma rápida recuperação econômica e contínua queda dos níveis de desemprego. Na esfera política, por sua vez, Dilma herdava uma enorme popularidade e base congressual relativamente confortável para a implementação de sua agenda.

Oito anos depois, o quadro se reverteu dramaticamente. No plano econômico, o crescimento marcante na década de 2000 deu lugar a uma desaceleração gradual seguida de forte recessão em 2015 e 2016, acompanhada de agudo aumento do desemprego (de 4,9% em fins de 2014 – a menor taxa já registrada – para 11,2% em maio de 2016 quando a presidente deixa o cargo). Já na esfera política, o cenário das eleições altamente polarizadas de 2014 se deteriorou e assistiu a mobilizações contra Dilma Rousseff e o PT, para além da relação cada vez mais conflituosa entre o Poder Executivo e o Legislativo capitaneado por Eduardo Cunha.

O desfecho desse quadro foi a deposição da mandatária via um contestado processo de *impeachment* tendo como alegação o discutível argumento de “pedaladas fiscais”.

Intimamente imbricada a toda essa turbulência econômica e política do país esteve a Operação Lava Jato, formalizada a partir de 2014 e com contribuição imprescindível tanto para a crise política quanto econômica. A Operação se mostrou nevrálgica para o desfecho visto em duas cadeias produtivas até então pujantes e interligadas da economia: a de petróleo e gás e a de construção civil.

Iniciada “oficialmente” com as prisões do diretor Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Yousseff em abril de 2014, a mesma rapidamente resultou em uma devassa investigativa sobre vários contratos entre Petrobras e empreiteiras, com bloqueio de centenas de contas totalizando cifras acima de US\$ 400 milhões. Seu ápice se deu em outubro com o vazamento da delação premiada de Yousseff ao Ministério Público Federal desnudando o esquema, seguida pela Operação “Juízo Final” que levou à prisão de altos executivos das maiores construtoras. A alta exposição das mesmas acabou contribuindo para uma completa paralisia decisória e revisão de inúmeras atividades produtivas entre as mesmas e a Petrobrás.

Cabe destacar que a atenuação da política econômica ortodoxa praticada durante o governo Lula I, somada a um papel crescentemente ativo por parte do BNDES a partir de 2007, além do deslanche do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC visando acelerar o

crescimento através de investimentos em infraestrutura, representaram o prelúdio do último ciclo de expansão do setor de engenharia na história brasileira. Tal revitalização do intervencionismo estatal e das capacidades burocráticas de planejamento estratégico foi fundamental para uma maior inserção da infraestrutura na agenda pública nacional, corporificada na construção e concessões de ferrovias, rodovias, aeroportos e portos objetivando minimizar o Custo Brasil. São justamente tais investimentos em setores intensivos na absorção de mão de obra que garantiram, junto com o aumento no setor de serviços, que Dilma terminasse seu primeiro mandato em uma situação próxima ao pleno emprego.

Não pretendemos aqui apontar a Lava-Jato como variável causal de todas as mazelas da economia brasileira; buscamos tão somente mensurar os impactos econômicos mais imediatos do episódio sobre setores diretamente afetados. Não é tarefa fácil estimar o impacto agregado da Operação Lava Jato sobre a economia. Consultorias como GO Associados e Tendências, por exemplo, calculam algo em torno de 2 a 2,5% de contribuição nas retrações do PIB de 2015 e 2016 respectivamente, em função dos impactos nos setores metalomecânico, naval, construção civil e engenharia pesada, cujas perdas podem totalizar até R\$ 142 bilhões.

Os principais efeitos da crise se concentraram na indústria de construção civil, sofrendo com a paralisia resultante da retração aguda dos investimentos estatais pelos efeitos da Lava Jato. Os indicadores são impressionantes: entre 2014



Luiz Fernando de Paula



Rafael Moura

e 2017, o setor registrou saldo negativo entre contratações e demissões de 991.734 vagas formais (com preponderância na região Sudeste); entre 2014 e 2016, representou 1.115.223 dos 5.110.284 (ou 21,8%) da perda total de postos da população ocupada no período; e, desde o segundo trimestre de 2014 até o último de 2018, apresentou forte retração em suas atividades.

Quando analisamos as maiores empreiteiras, seu desmonte e descapitalização também são notórios. Os dados levantados pelo jornal O Empreiteiro mostram que somente entre 2015 e 2016, por exemplo, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa tiveram queda em suas receitas brutas de, respectivamente, 37%, 31% e 39%. Entre 2016 e 2017,

a Odebrecht assistiu a um recuo de 40% do mesmo indicador; enquanto a Camargo Corrêa de 41% e a Queiroz Galvão, de 24%. A Odebrecht é o caso mais emblemático: a maior construtora nacional tinha, em 2014, um faturamento bruto de R\$ 107 bilhões, com 168 mil funcionários e operações em 27 países. Em 2017 – três anos e meio após a eclosão do escândalo e com seu presidente/herdeiro preso – seu faturamento era de R\$ 82 bilhões, com 58 mil funcionários e atividades apenas em 14 países. Outras gigantes do setor – Queiroz Galvão, OAS, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa – também assistiram a um derretimento conjunto de seus ativos financeiros consolidados de uma ordem de R\$ 25,77 bilhões em 2014 para apro-

ximadamente R\$ 8,041 bilhões em 2017 (perda de 68,57%).

Muitas das empreiteiras, obrigadas a executarem planos de desinvestimentos para adequarem-se ao novo cenário de menos projetos e obras, além de arcarem com pesados acordos de leniência junto às autoridades, também se desfizeram de muitos ativos para grupos estrangeiros: Odebrecht inicia processo de venda da subsidiária Braskem – até então a maior firma petroquímica da América Latina, produtora de biopolímeros com participação expressiva da Petrobras – ao grupo holandês LyondellBasell; Andrade Gutierrez vende seu controle sobre a OI para acionistas holandeses e portugueses; Camargo Corrêa vende a CPFL para a chinesa State Grid.

No que tange ao setor de petróleo, o escândalo envolvendo o cartel montado entre a estatal e demais empresas se dá em meio a uma forte queda no preço da *commodity*, afetando os resultados financeiros da Petrobras, que apresentam graves prejuízos líquidos de R\$ 26,6 bilhões no último trimestre de 2014 e de R\$ 36,9 bilhões no último trimestre de 2015. A crise fez a empresa arrefecer seu volume de investimentos do montante aproximado de US\$ 48,826 milhões em 2013 para US\$ 15,084 milhões em 2017: uma retração de quase 70%. As inversões da estatal caem de 1,97% do PIB em 2013 para 0,73% do PIB em 2017 e de 9,44% do volume total de investimentos (FBKF) para 4,69% no mesmo recorte. Dentro do próprio conjunto de investimentos públicos, o volume responsável pela Petrobras também caiu de 49,3% em 2013 para 36,5% em 2017. Essa retração aguda da atuação da empresa reverberou no corpo de funcionários e em inúmeros projetos junto

a outras firmas, contribuindo para uma redução dos trabalhadores empregados formalmente no Sistema Petrobras de 86.108 para 68.829 entre 2013 e 2016, e de 360.180 para 117.555 entre os terceirizados no período equivalente. Ou seja, num intervalo de quatro anos a cadeia produtiva direta da empresa teve perda de quase 260 mil postos de trabalho formais e informais.

A crise no setor de petróleo em função do escândalo da Petrobras, somada à nova inclinação programática liberalizante do governo Temer (mantida por Bolsonaro), levou a uma reversão radical da política para o setor e venda maciça de refinarias e ativos da estatal. A Petrobras se desfez de 90% de seus ativos relativos a uma rede de dutos do Sudeste – Nova Transportadora Sudeste (NTS) – para o grupo canadense Brookfield e da rede de gasodutos e transportes nas regiões Norte e Nordeste – TAG – para o grupo francês Engie.

Em síntese, o segmento de petróleo e gás foi a ponta de lança do processo de desestruturação econômica e desmonte da engenharia e infraestrutura do Brasil; acentuando uma tendência grave de desnacionalização de nossas atividades produtivas no geral. A desestruturação desses dois setores – construção civil e petróleo/gás – contribuiu sobremaneira, por um lado, para o aprofundamento da crise econômica a partir de 2015, da qual não nos recuperamos até momento; de outro, levou à desestruturação de alguns dos poucos setores em que o capital doméstico era forte e competitivo a nível internacional. Não é pouca coisa.

* É professor do IE/UFRJ e coordenador do Geep/Iesp/Uerj.

** É doutorando do Iesp-Uerj e bolsista Faperj Nota 10.



Lava e vaza jato na decadência nacional

Marcio Pochmann*

A Operação Lava Jato foi decisiva para o aprofundamento da trajetória regressiva da economia brasileira ao longo da segunda metade da década de 2010. Concomitante com o retorno do receituário neoliberal de saída da crise a qual a economia se encontra desde 2015, o Brasil termina, em 2019, completando a primeira década perdida do século XXI.

Enquanto nos anos de 2010-14, por exemplo, a economia brasileira – sem a existência da operação Lava Jato – cresceu 3,2% como média anual, na segunda metade da década de 2010 – com a presença da operação Lava Jato – o país regrediu, em média, de 1% ao ano. Com isso, o desempenho do PIB foi de apenas 1,1% como média anual no último decênio.

A última vez que o país registrou a existência de uma década definida como perdida ocorreu nos anos 1980, cuja variação média anual do PIB foi de 1,6% (45% superior ao verificado nos anos 2010). Na década de 1980, por exemplo, o fim do regime político autoritário deixou como herança a economia endividada e prisioneira do Fundo Monetário Internacional, contaminada por desconcertante inflação e desorganizadas contas públicas, ademais de generalizada pobreza e profunda desigualdade social.

Nos dias de hoje, todavia, predomina no governo o diagnóstico de que o país não consegue crescer porque o Estado se tornou obstáculo devido ao “gigantismo dos gastos públicos a sufocar o setor privado e a impedir a volta do cres-



cimento econômico”. Nesse sentido, a superação da crise dependeria da continuidade aprofundada do atual curso do receituário neoliberal, único capaz de impor brutal apequenamento estatal, suficiente para libertar e estimular capitalistas a tomarem as rédeas do crescimento econômico.

Ainda que dominante, o prognóstico neoliberal encontra-se equivocado. A começar pela falsa afirmação de que o entrave econômico encontra-se no Estado, quando, na realidade, é parte fundamental da própria solução da crise atual. O apregoado argumento da desorganização nas finanças públicas não resiste à análise dos dados de realidade, uma vez que a piora nas contas governamentais não provém do abuso de gastos. Pelo contrário, deriva de significativa redução na arrecadação tributária, gerada por desaceleração e recessão da economia, desindustrialização, desonerações fiscais excessivas e outras razões.

Enquanto no período de 2007 a 2010, por exemplo, a despesa e a receita primárias cresceram rela-

tivamente parcelas (9,8% e 9,5% como média anual, respectivamente), percebe-se que no momento seguinte (2011 a 2014), a arrecadação desabou para variação média anual de 0,2% frente à desaceleração importante dos gastos de 3,5%. Com a recessão econômica de 2015 e 2016, as receitas decresceram -0,7% como média anual e as despesas foram concomitantemente contraídas para variação média anual de 0,6%, o que significou estabilização do gasto público, não o seu crescimento abusivo como equivocadamente tratado pelos neoliberais.

Isso, por si só, ajudaria a entender como ocorreu o agravamento do déficit primário nas contas públicas. Quanto mais cortar as despesas públicas, que influenciam a dinâmica da economia, mais difícil retomar o crescimento e, com isso, superar o obstáculo da expansão consistente nas receitas governamentais.

Ademais, a trajetória de ascensão no déficit nominal do setor público encontra-se diretamente associada ao aumento da ganância, sem limites, com os juros da dívida, sempre estimulada por juros elevadíssimos pagos pelo próprio governo. O desvio dessa constatação favorece o caminho mais simples para iludir a população, contribuindo para a consolidação neoliberal na primeira década perdida do século XXI.

Da mesma forma, porta-vozes do receituário neoliberal insistem em depositar nas despesas de pessoal do governo central a pecha de fora do controle. Mas ao contrário, o que se verifica no acompanhamento do total do gasto público com pessoal ativo e inativo é que

para o ano de 2017, o gasto equivalia a 4,3% do PIB, enquanto em 2002, representava 4,8% do PIB.

Se considerarmos também a evolução das despesas públicas com pessoal e juros, encontra-se o principal vilão do déficit nominal. Resumidamente, a despesa pública com juros em 2017 foi 21% superior ao conjunto de gastos com pessoal no governo federal, enquanto em 2002, os juros da dívida pública equivaliam a 58,3% do que o governo federal comprometia com o pagamento das despesas de pessoal ativo e inativo.

O retorno da dominância do receituário neoliberal no período recente se alimentou da perspectiva aberta pela Operação Lava Jato de focar a seletividade da materialidade da corrupção no setor público, menosprezando o papel central do corruptor privado e de sua engrenagem na competição intercapitalista. Ao invés de atacar fundamentalmente os personagens da corrupção, isolando-os dos empreendimentos aos quais se encontravam atuando enquanto dirigentes, conforme ocorre na experiência internacional, a Operação Lava Jato contribuiu para sufocar setores inteiros que eram responsáveis por parte significativa do crescimento da economia nacional (como petróleo e gás, construção naval e civil, entre outros).

Com isso, a autonomia nacional foi atacada, desconstituindo produção interna e tornando-a mais dependente do exterior. De certa forma, é a materialização da tese central do realismo periférico, responsável pelo convencimento das elites governantes locais a respeito da importância de aderir voluntariamente ao receituário de

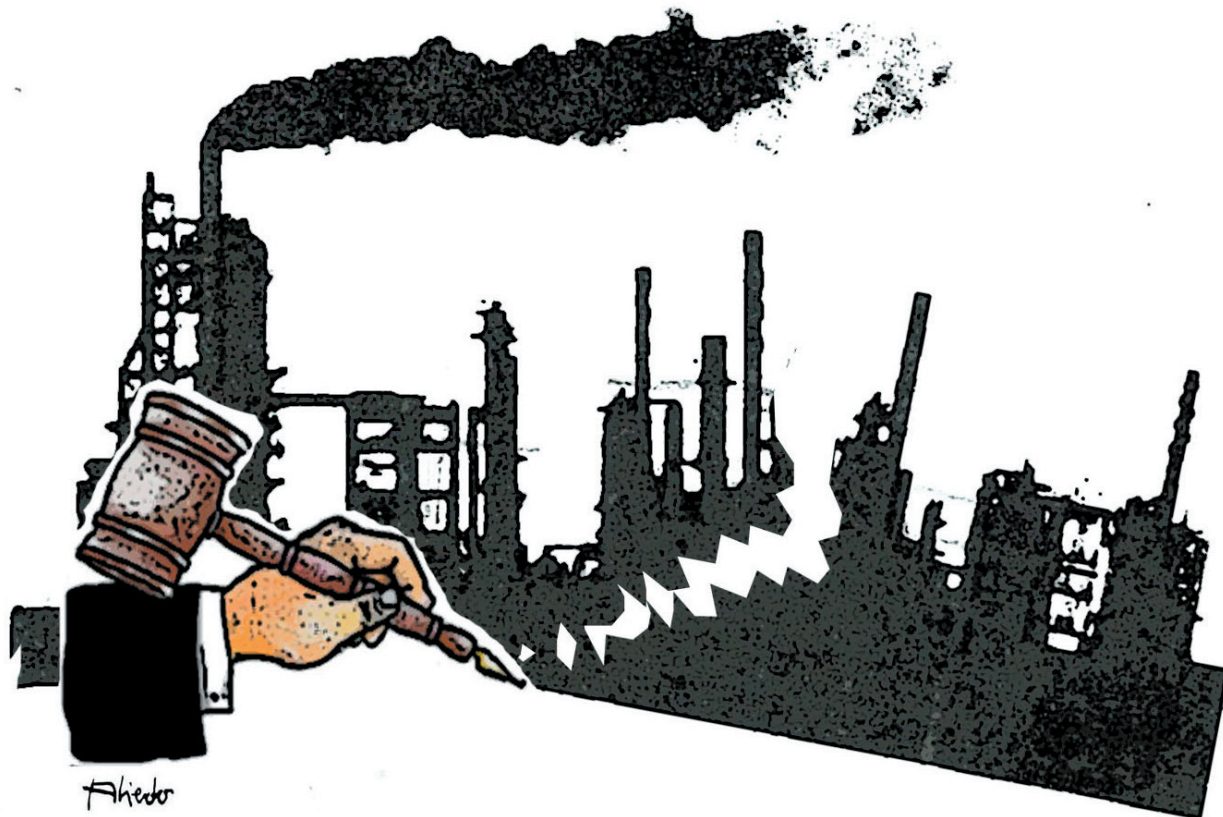
submissão da nação ao sistema de hierarquia dominante no mundo.

Nesse sentido, a subordinação verificada no processo de globalização conduzido pelas grandes corporações transnacionais, capaz de constrianger as possibilidades de algum protagonismo nacional nas cadeias globais de valor. De alguma forma, os governos do PT buscaram fortalecer o mercado interno através de importantes políticas de inclusão social aliadas à valorização do setor produtivo nacional.

Para tanto, a diversidade de estímulos associada a créditos subsidiados, garantias de financiamento e compras públicas, defesa de produção de conteúdo local, reforço à inovação tecnológica, desoneração fiscal, entre outras iniciativas, se mostraram fundamentais para que o país pudesse combinar o regime democrático com o crescimento econômico e ampla inclusão social. Ao mesmo tempo, o Brasil passou a obter inédito protagonismo internacional relacionado às iniciativas externas de promoção tanto da integração sul-americana como das relações sul-sul, especialmente a formação dos BRICS.

Com o abandono da tese do realismo periférico trazido pelo receituário neoliberal dos anos de 1990, as perspectivas da soberania e emancipação nacional foram sendo materializadas na década de 2000. Mas a crise da globalização em 2008 levou aos Estados Unidos a reconsiderarem a artificialidade da visão do “fim da história” descrita por Francis Fukuyama, apoiada ainda na crença da unipolaridade mundial vigente após o fim da Guerra Fria e da URSS nos anos de 1990.

Naquela oportunidade, a China começava a dispor de condições globais crescentes. Inclusive as irradiadas pelo significativo projeto mais recente da nova Rota



das Sedas, em curso na década de 2010, enquanto o Brasil e outras nações intermediárias se reposicionavam no cenário mundial decorrente dos avanços na multipolaridade mundial.

Imediatamente, a contraofensiva estadunidense atual se ampara na adoção de medidas direcionadas ao endurecimento da relação comercial e tecnológica com a China, inclusive nos ensaios de exercício no campo de guerra em países como a Ucrânia, Turquia, Irã e Venezuela. Além disso, o estímulo norte-americano às ações políticas externas, visando o bloqueio direto e indireto às estratégias adotadas por nações emergentes voltadas ao protagonismo de participar no cenário em expansão da multipolaridade global.

Mas para isso ser viabilizado, a cobertura de elites dirigentes locais à tese do realismo periférico precisou ser novamente provocada, exigindo, em certos casos, a própria intervenção dos EUA nas

operações de destituição de governos democraticamente eleitos e contrários ao retorno do neoliberalismo. Novamente o Estado passou a concentrar as críticas pelas mazelas nacionais, tornando-se o centro responsável por todos os males, conforme passou a ser verificado mais recentemente no Brasil, cujo princípio da contração fiscal expansionista passou a ser basilar na condução da política econômica e social.

Resumidamente, a Operação Lava Jato parece ter servido tanto aos propósitos externos quanto internos de praticar o contracionismo no gasto público não financeiro (custeio e investimento), responsável pela asfixia do crescimento econômico e da retração, por consequência, da arrecadação fiscal. Assim, diferentemente do apregoado pelo receituário neoliberal, continua a ser insistentemente reafirmado pelo oligopólio de comunicação e porta-vozes do dinheiro que a economia brasilei-

ra encontra-se, em 2019, com 5% inferior ao nível de renda de 2014.

Concomitante com o golpe de 2016, a Lava Jato contribuiu para colocar fim à perspectiva de projeto da nação, aprofundando a polarização no interior da sociedade a tal ponto de inviabilizar possível convergência de interesses internos em torno de rumo alvisareiro ao país. Nesse cenário, o horizonte da decadência nacional poderia ser interrompido, quando as recentes divulgações do *The Intercept* Brasil apontam a Operação Lava Jato enquanto projeto de poder, que retirou a presidenta democraticamente eleita, impediu a candidatura de Lula, bem como associada à artificialidade do protagonismo de vaidades e personalismo e ao enriquecimento a partir do serviço público.

* É professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Universidade Estadual de Campinas.

Lava Jato, setor petrolífero e novo neoliberalismo no Brasil

José Augusto Gaspar Ruas*

Em artigo escrito no início de 2016, o cientista social britânico William Davies caracterizou a emergência de uma nova e terceira fase do neoliberalismo no mundo. O “Novo Neoliberalismo”¹, segundo ele, mais do que uma modificação nas regras e instrumentos de política utilizados desde os anos 1980, seria marcado por uma “ética punitiva” na implementação do arsenal de políticas neoliberal.

Segundo sua interpretação, o neoliberalismo teria passado por duas fases importantes antes da atual. Como princípio filosófico que as integraria, a difusão da ideia hayekiana de que o mercado é um melhor processador de informações do que qualquer racionalidade humana. Como corolário, toda forma de ação humana sobre a realidade econômica e política seria inferior ao recurso ao livre mercado como ordenador social².

Sob esse mantra, a primeira fase do neoliberalismo, nos anos 1980, teria sido movida pela ética do combate ao socialismo. Para isso foi apresentada uma escolha binária entre neoliberalismo e socialismo, maniqueísmo utilizado como força de combate aos modelos político-econômicos do pós-guerra, nas suas inúmeras vertentes.

Após o fim do socialismo real, antagonista central, as décadas de 1990 e 2000 teriam sido palco da segunda etapa, agora caracterizada pela normatização. A implementação de uma burocracia estatal para auditoria e controle das políticas públicas teria promovi-

do a generalização da ótica da eficiência, da lógica de mercado nas instituições públicas³. Esse avanço do *ethos* normativo como instrumento norteador da ação política seria o principal responsável pelo que denominou “desencantamento da política”. O papel decisivo da centro-esquerda na implementação deste arranjo, em parte como justificativa para a própria canalização de recursos para atividades socialmente desejáveis, teria promovido um desarranjo nestes partidos, despedidos, no pós-crise, de alternativas para oferecer no campo político.

É nesse contexto que o Novo Neoliberalismo teria emergido. Após 2008, repetem-se instrumentos de austeridade e redução do Estado, mas agora ancorados em uma lógica punitiva. Desde então, cessam-se espaços para o controverso, argumentação e debate sobre alternativas. Em seu lugar é erigido um *ethos* moralizador, acompanhado de um sentimento vingativo, que se impõe através da associação entre dívida (pública) e fracasso. Nas palavras de Davies:

“O que distingue o espírito de punição é sua lógica pós-jure, ou seja, a sensação de que o momento do julgamento já passou e as questões de valor ou culpa não estão mais abertas à deliberação. Da mesma forma, é pós-crítico. Sob o neoliberalismo punitivo, a dependência econômica e o fracasso moral tornam-se emaranhados na forma de dívidas, produzindo uma condição melancólica em que governos e sociedades desencadeiam o ódio e a violência contra membros de suas próprias populações.” (DAVIES, 2016, p. 14).

Pelos exemplos utilizados em seus trabalhos e pela temporalidade de sua periodização, é evidente que o artigo tem como objeto central a análise da Europa e dos EUA. Contudo, as referências conceituais, descrições e associações são incrivelmente pertinentes para a caracterização da atual conjuntura econômica brasileira.

Certamente, qualquer investigação sobre a nossa crise atual e ascensão de políticos com viés econômico ultraliberal deve analisar a lógica e consequências da Operação Lava Jato.

As últimas semanas vêm sendo particularmente importantes por desnudarem, com vazamentos de trechos de conversas em aplicativos de celular, as relações e procedimentos indevidos executados, ao longo da operação, por parte de procuradores e do ex-juiz Sergio Moro. A cada nova divulgação são colocados novos elementos para interpretar os diferentes aspectos (econômicos, jurídicos e políticos) da nossa realidade atual.

Muito já foi dito sobre a relação entre Lava Jato e seus impactos na economia brasileira. Ao longo dos últimos anos, essa temática foi abordada sistematicamente por consultorias e instituições de pesquisa. De modo geral, como o foco das investigações esteve, na esfera privada, centrada sobre a corrupção em contratos da Petrobras e fornecedores, especialmente construtoras, centenas de projetos foram paralisados.

Já em 2015 a Consultoria GO Associados previa um impacto de 2,5% do PIB⁴. Mais recentemente, trabalhos do INEEP⁵ estimaram



uma queda de 2% do PIB em investimentos da Petrobras e 2,8% do PIB em investimentos de empreiteiras em 2015. Adicionalmente, para 2016 estimou-se impacto de 5% do PIB no investimento nacional.

A redução de investimentos da Petrobras produziu consequências drásticas sobre a cadeia de fornecedores. O setor naval, que chegou a empregar aproximadamente 85 mil pessoas em 2014, tem hoje cerca de 23 mil funcionários. Trinta estaleiros foram fechados ou ficaram sem encomenda alguma⁶. Parte dos principais e mais modernos, adicionalmente, tinham como sócios algumas das empreiteiras envolvidas na Lava-Jato, o que provocou um efeito combinado de crise. Alguns eram responsáveis pela construção de cascos e/ou módulos de plataformas e foram paulatinamente reduzindo suas atividades. Os efeitos sobre a cadeia como um todo só não foram piores porque o governo acelerou recentemente as concessões, já com maior presença de petrolíferas estrangeiras.

Certamente, os reais impactos da Lava Jato são difíceis de precisar. Pouco depois que a Lava-Jato foi desenrolada, em 2014, os preços de petróleo sofreram queda abrupta, caindo de patamar próximo aos US\$ 100 para um novo 50% inferior. A indústria mundial de petróleo reduziu investimentos e, mesmo em condições normais, alguma queda dos investimentos da Petrobras seria previsível. Menos sujeita a questionamentos, a lentidão em viabilizar acordos de leniência para empresas investigadas pode ser apontada como propulsora da crise. Este desarranjo provocou desequilíbrios financeiros em construtoras nacionais, processos de recuperação judicial e crise em empresas de infraestrutura sob seu controle.

Contudo, mais do que o cálculo efetivo dos efeitos no PIB, a centralidade da Petrobras no embate político trouxe consigo a desconstrução da ideia da estatal como orgulho nacional e como possível agente/instrumento de desenvolvimento nacional.

A natureza da “defesa” da Lava Jato⁷ ilustra esse ponto. A ideia de que a refundação do Brasil, livre de corrupção, seria a única forma de retomar a credibilidade e o investimento foram amplamente difundidas. Os efeitos acumulados sobre o PIB, emprego e empresas, seriam, portanto, desejáveis. As empresas e o Brasil mereceriam essa “punição” e ela seria, ao fim e ao cabo, redentora.

Como descreve recente texto para discussão do IE/UFRJ⁸, a Lava Jato foi imbuída de uma missão: separar as relações entre o público e o privado e moralizar o país. Contudo, “passar o Brasil a limpo” seria um fim em si mesmo. Não há projeto de país. A combinação entre ausência de projeto de nação e moralismo se sustentam na ideia de que sem a interferência política espúria, a economia resolveria sozinha nossos problemas. Essa combinação explícita um viés ético similar ao descrito por Davies (2016) para o Novo Neoliberalismo.

Como ilustrado, a Lava Jato operou como amálgama para a nova onda de difusão dessa ideologia no país. Antes dos recentes vazamentos, a isenção jurídica da operação justificou ataques à Petrobras e construtoras, bem como uma reorientação neoliberal das políticas públicas.

Valendo-se da “culpa” pela dívida da estatal e da ideia de que estava “quebrada” (fracasso econômico), autorizou-se acriticamente um processo de venda de ativos da empresa nos mais diversos segmentos de atuação, num processo de “privatização fatiada”.

A ideia de privatização, amplamente rejeitada nos pleitos entre 2002 e 2014, tornou-se objeto desejável por uma parcela crescente da população. Nesse ambiente se insere o combate à regra de conteúdo local, a autorização legal para venda de ativos da Cessão Onerosa e o fim da regra de operador único nos campos do Pré-Sal. José Serra, autor desta última proposta, retornou recentemente com novo projeto: extinguir definitivamente a consulta previa à Petrobras sobre seu interesse em ser operadora. Como argumento, apresentou: “Os interesses da Petrobras e da União estão em lados opostos”.

Além de ampliar o espaço para a entrada de empresas estrangeiras, incluindo a recente aceleração dos leilões⁹, a retirada da Petrobras como operadora reduz a potencialidade da política industrial. Como o operador define o arranjo tecnológico a ser utilizado, a presença de múltiplos operadores dificulta a utilização das encomendas como instrumento de promoção de aprendizado e escala operacional em segmentos/empresas nacionais.

Neste sentido, além do amplamente discutido efeito sobre setor produtivo, emprego e PIB, a Lava Jato operou como legitimadora da nova fase do neoliberalismo no país, recorrentemente derrotado eleitoralmente até 2014. Ao contrário dos países centrais, nos quais o Novo Neoliberalismo originou-se em 2008, quando o problema do endividamento veio à tona, em nosso caso o debate sobre dívida pública e da Petrobras ganhou força somente em 2014, ano de início da Lava Jato. Desde então, imbuídos de um “punitivismo vingativo”, passamos a destruir os instrumentos de ação social e econômica do Estado. Passamos a acreditar que a privatização fatiada de nosso setor petrolífero, a redu-

ção de importância das empresas nacionais e mesmo a queda brutal nas condições de vida no país sejam parte de um processo redentor. Por isso, antes de que efetivamente seja possível retomar o controle sobre os destinos do setor petrolífero brasileiro, faz-se urgente refletir em que condições faremos o povo brasileiro voltar a acreditar em seu potencial, em sua capacidade de construir seu próprio desenvolvimento a partir do planejamento e de um projeto nacional.

* É doutor em Teoria Econômica pela Unicamp e professor e coordenador adjunto no curso de Ciências Econômicas das Faculdades de Campinas.

1 DAVIES, William The New Neoliberalism. *New Left Review*, 101, set/out 2016.

2 Para uma análise adicional sobre interpretações do neoliberalismo e das visões sobre o *Neoliberal Thought Collective*, veja-se MIROWSKI, Philip, *Hell is Truth Seen Too Late*. University of Notre Dame, julho de 2017.

3 Uma análise sobre esse ponto também pode ser encontrada em DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade Neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.

4 FOLHA DE SÃO PAULO (FSP) *Impacto da Lava Jato no PIB pode passar de R\$140 bilhões, diz estudo* (11/08/2015). Nesse mesmo estudo, que levou em conta principalmente a redução dos investimentos da Petrobras, a estimativa de queda de impostos chegaria a R\$ 9,4 bilhões e de empregos atingiria 1,9 milhões.

5 NOZAKI. *INEEP: Os impactos econômicos da Operação Lava Jato e o desmonte da Petrobras*, publicado no Jornal GNN (26/08/2018)

6 FOLHA de PERNAMBUCO *Sinaval pede apoio para recuperar a indústria naval*, (05/09/2018)

7 Veja PINHEIRO, Armando Castelar *A Lava Jato e o PIB*. Publicado em Valor Econômico (01/04/2016), ou ISTOÉ DINHEIRO, *A Lava Jato está corroendo o PIB. E daí?* Publicado em 02/06/2017.

8 PINTO (et al) *A Guerra de Todos Contra Todos e a Lava Jato: a Crise Brasileira e a vitória do Capitão Jair Bolsonaro*. IE/UFRJ, Texto para discussão 13, maio de 2019.

9 NOZAKI (et al) *Caminhos e descaminhos da gestão do pré sal: entre a soberania e a subordinação*. INEEP, agosto de 2018.

O JE continua a publicação de resumos dos textos vencedores do 28º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Livia Mara Mattos Pinto Salgado, graduada pela UFF, recebeu o prêmio de segundo lugar no certame.

Determinantes da criminalidade: uma análise sobre as regiões Norte e Noroeste Fluminense e Baixadas Litorâneas

Livia Mara Mattos Pinto Salgado*

A criminalidade é uma grande preocupação nos dias atuais, aumentando a taxas crescentes os índices de violência e reduzindo o bem-estar da sociedade como um todo. Essa crescente onda de violência tem atingido localidades antes consideradas tranquilas, fazendo com que a população mude seus hábitos, restringindo-se cada vez mais. Somente em 2015, 58.467 pessoas foram mortas de forma intencional no Brasil, significando que a cada nove minutos, uma pessoa foi morta violentamente no país. De janeiro de 2011 até dezembro de 2015, o Brasil registrou um total de 279.567 mortes violentas, superando os números da guerra na Síria, que, no mesmo período, registrou 256.124 mortes. Esses dados são alarmantes, pois a criminalidade, além de intimidar a sociedade, aumenta os custos sociais e econômicos decorrentes do crime.

O estado do Rio de Janeiro, especificamente, foi beneficiado pelo crescimento da atividade petrolífera nos últimos anos. É necessário analisar, portanto, se este incremento produtivo realmente proporcionou desenvolvimento econômico e social ou se vem acentuando ainda mais as

diferenças entre as classes sociais e promovendo maior concentração de renda. As regiões Norte e Noroeste Fluminense e Baixadas Litorâneas foram as mais impactadas por este avanço da indústria do petróleo, porém seus municípios vêm apresentando índices de criminalidade expressivos para uma realidade de interior de modo geral. No ano de 2016, a taxa de homicídios dolosos no interior do Rio de Janeiro ultrapassou a da Grande Niterói, por exemplo.

Entre os anos de 2010 e 2011, o Norte Fluminense registrou o maior PIB per capita do Rio de Janeiro, devido à sua economia associada à indústria do petróleo. Dos 92 municípios do estado, Campos dos Goytacazes e Macaé foram os que mais receberam royalties. Apesar desse aporte financeiro, o alto percentual de desigualdade de renda denota um Norte Fluminense rico, porém desigual. Já os municípios das Baixadas Litorâneas, apesar de terem o turismo como sua principal atividade geradora de renda, também receberam importantes retornos financeiros provenientes do petróleo. Em 2014, Cabo Frio e Rio das Ostras estavam entre os cinco que mais receberam pagamentos de royalties no estado. O avanço da indústria extrativa mudou a dinâmica

dos municípios dessas regiões, resultando em um crescimento urbano rápido e descontrolado, sem um planejamento adequado, afetando o espaço geográfico e suas populações.

Enquanto isso, o Noroeste Fluminense vem enfrentando um cenário de êxodo rural, esvaziamento econômico e dificuldades na geração de renda. Observa-se o empobrecimento da região frente às demais regiões do estado, e o Noroeste Fluminense exibe os piores indicadores socioeconômicos: menor PIB per capita, maior percentual de pobres e menor renda domiciliar per capita, abrindo precedentes para o crescimento de atividades ilícitas. Talvez a solução esteja na redistribuição igualitária dos recursos no estado, de modo a gerar um desenvolvimento econômico harmonizado.

O avanço dos índices de criminalidade abre espaço um recente campo de pesquisa dentro da ciência econômica: a Economia Social, que investiga problemas como educação, desigualdade de renda, pobreza, saúde e criminalidade. É preciso avaliar se o contexto econômico favorece a prática criminosa e como isso acontece. A ciência econômica pode ajudar na identificação das possíveis causas da criminalida-



de, através de estudos empíricos, e fornecendo insumos para a formulação de políticas públicas eficientes. Faz-se necessário, portanto, verificar qual o impacto das variáveis socioeconômicas – tais como população, renda, emprego, educação, além do mercado de drogas – sobre os índices de criminalidade. Atualmente, o governo do estado do Rio de Janeiro utiliza três indicadores estratégicos para desencadear ações integradas de prevenção e controle dos crimes, os quais foram estabelecidos a partir dos crimes que provocam maior impacto na sensação de insegurança da população, que são: letalidade violenta, roubos de rua e de veículos. Através de estudos econométricos, é possível conhecer as causas sociais ou econômicas dos crimes que vêm se agravando no interior do estado.

O tamanho das cidades tem papel significativo na probabilidade de punição. A criminalidade tende a ser maior nas grandes cidades, pois há maior possibilidade de retorno econômico e menor chance de punição, em função do anonimato proporcionado pelo grande contingente populacional. Já nas cidades pequenas, a população tende a ser bastante conhecida, facilitando a identificação dos criminosos e o andamento das investigações. Ou seja, as possibilidades de punição em cidades de menor porte tendem a ser maiores, diminuindo o número de ofensas cometidas pelos indivíduos. A variação populacional dos municípios das regiões Norte e Noroeste Fluminense e Baixadas Litorâneas impacta negativamente os índices de criminalidade. Este resultado está possivelmente relacionado ao fato de que, dos 32 municípios destas três regiões, a maioria é de pequeno e

médio porte, aumentando as probabilidades de punição. Além disso, os crimes contra o patrimônio, como os roubos de rua e de veículos, tendem a ser maiores nas regiões mais ricas e com baixa desigualdade. Como boa parte dos municípios apresentam altos níveis de desigualdade de renda e percentual de pobres, justifica-se assim a relação inversa com a variação populacional.

Quando se analisam os números de admissões e de empregos na indústria extrativa, conclui-se que os crimes violentos contra a



pessoa tendem a diminuir conforme o número de contratações aumenta. Quanto maior a oferta de empregos, os indivíduos tenderão a não praticar atos que ameacem a vida de outras pessoas para auferir recursos financeiros, optando pelo caminho da legalidade. Ao mesmo tempo, as variáveis de emprego impactam positivamente os roubos de rua. Isso ocorre porque a renda pode apresentar uma relação ambígua com a criminalidade, especificamente nos crimes contra o patrimônio. Maiores salários significam maiores rendas,

aumentando o número de vítimas economicamente atrativas e o custo de oportunidade para a atividade criminosa. Como estas regiões foram beneficiadas com grande geração de empregos, deduz-se que a renda dos indivíduos aumentou, tornando-os mais atrativos para aqueles que visam obter lucros econômicos através da prática de atividades ilícitas.

Já a educação de jovens e adultos é uma variável que impacta positivamente tanto os crimes de letalidade violenta quanto os roubos de rua. Esse resultado é preo-

nico profissionalizante ou ensino superior. Outra explicação para esta relação positiva é que a educação de uma população também pode ser usada como uma medida de renda, fazendo com que o aumento nos níveis educacionais aumente o número de vítimas economicamente atrativas, elevando assim os índices de criminalidade.

O mercado de drogas, por sua vez, está em constante avanço no território brasileiro e se mostra determinante para o aumento dos índices de criminalidade. A presença do tráfico contribui para o agravamento de outros tipos de crimes, como os contra o patrimônio e contra a pessoa. Se há um aumento nos registros de apreensões de drogas, os crimes de letalidade violenta, roubos de rua e de veículos tenderão a aumentar. Existe uma forte relação entre o crime organizado e a taxa de homicídios, pois o mercado de drogas empreende violência e força para se perpetuar. E a atratividade financeira do tráfico de drogas contribui para que o indivíduo ingresse nesse mercado na tentativa de auferir recursos financeiros. Ainda que as regiões do interior do estado possuam índices de criminalidade relativamente inferiores às grandes capitais, não se deve esperar que este fenômeno atinja proporções ainda maiores para que receba o devido tratamento. Enquanto as causas mais profundas não forem tratadas, a criminalidade continuará se perpetuando como um custo social e econômico para todo o estado e também para todo o país.

Orientador: Roni Barbosa Moreira

* É graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: liviamaramp@yahoo.com.br

Lugar de Criança é no Orçamento Público!

No mês que o Estatuto da Criança e do Adolescente completa 29 anos, realizamos o evento “Lugar de Criança é no Orçamento Público”. O objetivo foi debater a importância do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) no município do Rio de Janeiro (MRJ).

Para isso, analisamos a evolução do OCA nos últimos 10 anos. O orçamento destinado a crianças e adolescentes aumentou ou diminuiu? Seu peso no orçamento municipal seguiu qual trajetória? Também destacamos as colocações das Nações Unidas¹ sobre medidas que deveriam ser adotadas e as contrastamos com a situação carioca, especialmente no que se refere à necessidade de transparência e participação popular. Por fim, nos voltamos para dados sociais como forma de analisar a realidade das crianças do Município perante os dados expostos.

Todos os dados estão deflacionados pelo IPCA de abril de 2019.

E o Orçamento Criança e Adolescente?

O OCA² tem o objetivo de analisar, a partir do orçamento, o montante previsto e/ou gasto com ações gerais de proteção e desenvolvimento da criança e do adolescente pelo Poder Público. Ele é composto por três amplas áreas de atuação: educação, saúde e assistência social.

Na área educação, incluem-se as funções³ Educação, Cultura e Esporte e Lazer. No âmbito da saúde, abarcam-se as funções Saúde, Saneamento e Habitação. Por fim, a área de atuação assistência social contém as funções Assistência Social e

Direitos da Cidadania. Vale dizer que nem todos os gastos englobados nessas funções serão incorporados no OCA, mas apenas aqueles compreendidos nas subfunções que contribuem direta ou indiretamente para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, a metodologia aplicada distingue dois tipos de despesas: aquelas voltadas diretamente para a promoção da criança e do adolescente, denominadas exclusivas, que são contabilizadas em sua integralidade para fins de elaboração do OCA; e aquelas dirigidas para a melhoria das condições de vida das famílias, e que, por isso, beneficiam apenas indiretamente crianças e adolescentes. Estas despesas, designadas não exclusivas, não são computadas integralmente, mas ponderadas pelo peso⁴ das crianças e dos adolescentes na população.

Feitas essas considerações, vejamos o Orçamento da Criança e do Adolescente. Os dados revelam que seu valor liquidado tem caído: passou de R\$ 7 bilhões, em 2016, para R\$ 6,2 bilhões, em 2018 (gráfico 1). Portanto, o peso crescente do OCA no orçamento municipal nos últimos anos não reflete uma maior prioridade em relação aos direitos de crianças e adolescentes, mas tão somente a queda na arrecadação do MRJ e a consequente contração de seu orçamento total. De fato, os gastos do OCA em 2017 e 2018 foram menores do que os gastos de 2012 (R\$ 6,8 bilhões) e de todos os anos seguintes.

Por outra perspectiva, a partir de 2016, a dotação inicial do OCA se reduziu notoriamente: de R\$ 8 bilhões, em 2015, para R\$ 6,3 bilhões, em 2019 (gráfico 2),

o que reflete um crescente desca-so do MRJ para com a efetiva proteção de crianças e adolescentes. Ademais, mesmo com essa queda na dotação inicial, o percentual liquidado não tem se elevado. Veremos, mais adiante, a importância deste dado.

Sobre a participação das áreas de atuação, podemos ver que a área educação teve um peso médio de 72,4% nesses anos (gráfico 3). Isso se explica pelo fato de que muitas de suas subfunções são exclusivas e integram o OCA em sua plenitude. A maior parte desses gastos é com o Ensino Fundamental. A área saúde obteve peso médio de 24,4% e suas principais despesas se referem às subfunções Assistência Hospitalar e Ambulatorial e Atenção Básica. Se, entre 2011 e 2014, esta área ganhou espaço em relação à educação, em 2015 essa tendência se reverte. Por fim, a área Assistência Social possui um peso médio reduzido, de 3,2%.

Para interpretarmos os dados acima expostos e chegarmos a um diagnóstico a respeito da situação do OCA no MRJ, nos valeremos, a seguir, do Comentário nº 19 de

2016 do Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

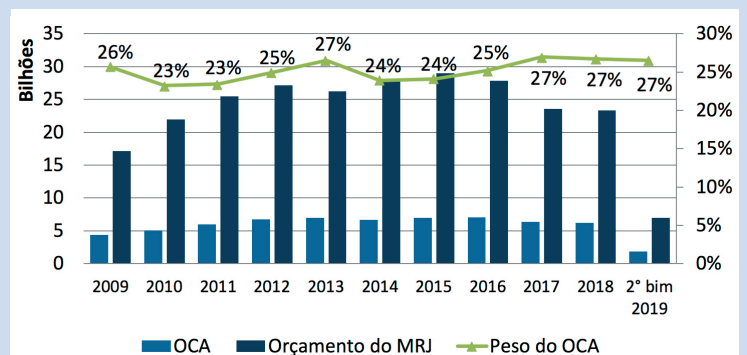
O que faz o Município para garantir os direitos das crianças?

Em 2016, foi aprovado pelo Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança – órgão responsável por supervisionar o cumprimento da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) – o Comentário Geral nº 19, que visa facilitar a implementação do artigo nº 4 da Convenção, relacionado aos orçamentos públicos:

“Os Estados Partes adotarão todas as medidas administrativas, legislativas e de outra natureza, visando à implantação dos direitos reconhecidos nesta Convenção. Com relação aos direitos econômicos, sociais e culturais, os Estados Partes adotarão essas medidas utilizando ao máximo os seus recursos disponíveis e, quando necessário, dentro de um quadro de cooperação internacional”.

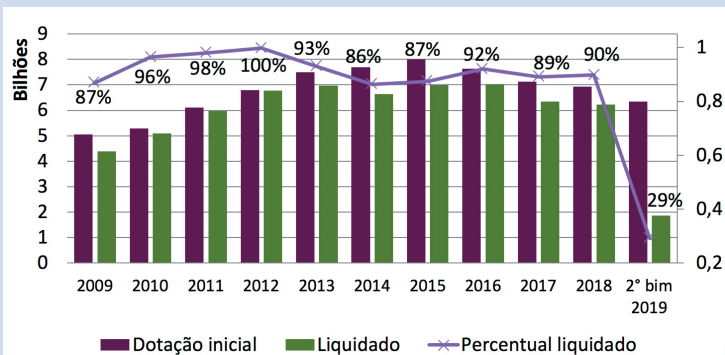
Primeiramente, observamos que o MRJ não cumpre a obrigação referida no artigo de que se utilize o máximo de recursos disponíveis para garantir os direi-

Gráfico 1 – O peso do OCA no orçamento do MRJ



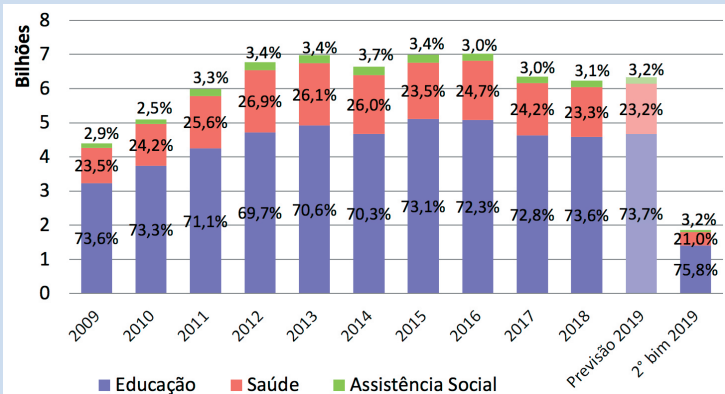
Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO): 2009-2019.

Gráfico 2 – O Orçamento da Criança e do Adolescente



Fonte: RREO (2009-2019).

Gráfico 3 – O OCA segundo o peso das áreas de atuação



Fonte: RREO (2009-2019).

tos das crianças. Isso porque, entre 2009 e 2018, o poder executivo deixou de liquidar R\$ 5,7 bilhões de recursos que seriam inicialmente destinados ao OCA (gráfico 2). Essa defasagem demonstra falta de planejamento nos gastos e/ou negligência para com a população infantil da cidade. Nesse sentido, o município tem ignorado e possivelmente desconhece as recomendações das Nações Unidas.

O Comitê observa que os Estados que mais têm avançado na visibilidade orçamentária dos direitos das crianças tendem a aplicar uma abordagem baseada em programas. Também é ressaltada a necessidade de priorizar crianças em situação de vulnerabilida-

de, bem como o desenvolvimento na primeira infância, como forma de quebrar ciclos de pobreza. Assim, é relevante que no Plano Plurianual de 2018-2021 foram apresentados 10 programas específicos para crianças e adolescentes, sendo um deles o “Primeira Infância Carioca”, cujo objetivo é realizar o acompanhamento familiar de gestantes e crianças de 0 a 6 anos, sobretudo de famílias em situação de risco social. O programa oferece condições favoráveis para o pleno desenvolvimento infantil e a redução das desigualdades sociais.

Outro ponto frisado é a importância do desenvolvimento de mecanismos de participação da sociedade civil no orçamento público,

inclusive das próprias crianças e adolescentes. Para atingir essa participação num nível significativo, é necessário que se tenha transparência orçamentária. Isso implica garantir a publicação de informações de fácil consulta e em tempo hábil para o planejamento, aprovação, execução e acompanhamento dos orçamentos. Nesta linha, o Comitê incentiva a criação e manutenção de uma base de dados de todas as políticas e recursos que afetam crianças, para que pessoas envolvidas na execução e acompanhamento dos respectivos programas e serviços tenham acesso permanente a informações objetivas e confiáveis.

No MRJ, a transparência é precária. O Rio Transparente, principal site de consulta orçamentária, é instável e tem apresentado dados restritos. Além disso, é recorrente a demora na atualização de informações. Dessa forma, há dificuldade na participação significativa de órgãos e entidades, o que prejudica o atendimento aos direitos da criança. Recentemente, houve um esforço para melhorar esse cenário. Em 2016, foi promulgada a Lei nº 6054 para que fosse produzido um relatório sobre o OCA em todas as fases de execução e elaboração orçamentária. Porém, até hoje, a lei não foi concretizada.

Por outro lado, não adianta ter clareza dos dados orçamentários se não soubermos o impacto de políticas e programas executados sobre os direitos das crianças. O Comentário expõe a necessidade de que avaliações desses impactos façam parte de cada fase do processo orçamentário, complementando outros esforços de monitoramento. Em junho, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança determinou que se fizesse um diagnóstico da situação da infância e adoles-

cência no Rio, utilizando recursos do Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente. Enquanto essa deliberação não é cumprida, podemos nos voltar para alguns dados sociais já disponíveis a fim de avaliar a evolução da situação infantil no Município.

Como o OCA se reflete na realidade?

Vejam, então, o que os indicadores sociais encontrados têm a nos dizer sobre a condição de vida das crianças e dos adolescentes no MRJ. Em relação à saúde, verificamos⁵ que, entre 2011 e 2015, o percentual de nascidos vivos que tiveram acesso a sete ou mais consultas de pré-natal elevou-se de 64,7% para 74,1%. Por outro lado, podemos observar (gráfico 4) uma tendência de queda no percentual de cobertura do SUS em relação aos nascidos vivos entre 2000 (69,8%) e 2015 (61%). Quanto à taxa de mortalidade infantil, foi constatada uma quebra em sua tendência declinante nos anos de 2015 e 2016 (gráfico 5).

Os dados sobre educação também preocupam. Enquanto, na Rede Pública Municipal, o percentual de alunos do ensino fundamental em situação de desajuste entre série e idade caiu de 33,3%, em 2007, para 30,1% em 2016, na Rede Pública Estadual, esse percentual reduziu-se muito mais: de 34,6% para 21,1% (gráfico 6). A Rede Municipal também apresenta sinais negativos no que se refere ao Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico, que não atingiu o valor projetado para o 5º ano, em 2017, e não alcança o valor projetado para os anos finais do fundamental (6º ao 9º ano) desde 2013.

O evento

O evento contou com a participação de diversos representantes da sociedade civil envolvidos na proteção dos direitos das crianças. Danilo, membro da Unicef, apresentou um estudo⁶ do órgão a respeito da multidimensionalidade da pobreza de crianças e adolescentes no Brasil. Na região metropolitana do Rio, por exemplo, as principais privações estão relacionadas ao acesso a moradia e educação adequadas.

Rebeca, 14 anos, ressaltou a dificuldade em participar efetivamente da construção de políticas públicas: ela e seus colegas esperam a quase dois anos a cerimônia de posse no Comitê de Participação de Adolescentes. Com essa atitude, o poder público desrespeita a Convenção sobre os Direitos das Crianças, que exige expressamente a inclusão de crianças e adolescentes nas discussões orçamentárias que os afetam.

Rodolfo e Olenka, membros da ONG peruana Equidad, analisaram de forma mais aprofundada as recomendações do Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Suas falas foram provenientes do estudo⁷ feito pela Equidad em parceria com a ONG Save the Children para auxiliar na implementação do Comentário Geral nº 19.

Rosana, Promotora de Justiça da Infância e da Juventude, nos deu um panorama da atuação do Ministério Público neste campo. Este tem reformulado sua estrutura para melhor atender os direitos das crianças através de ações pros-

pectivas, que visam intervir na elaboração do orçamento público. A promotora enfatizou que este é um trabalho coletivo: a população pode e deve participar, por meio da denúncia⁸ de situações irregulares.

Em síntese, precisamos reverter a situação da infância e adolescência no MRJ. Para tal, as entidades e os indivíduos devem assumir o compromisso de pressionar o poder público por maior participação, maior alocação de recursos e mais informações que ajudem a desmistificar o OCA e seus impactos. Quem sabe assim caminharemos para um futuro melhor para nossas crianças.

1 Comentário nº 19 do Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (2016).

2 A metodologia utilizada foi desenvolvida pela Fundação Abrinq, pela Unicef e pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

3 É importante distinguir função governamental de área de atuação. A primeira é um critério formal de classificação orçamentária relacionado à missão institucional do órgão ao qual está associado. Por sua vez, as áreas de atuação às quais nos referimos neste artigo são uma classificação criada pela Fundação Abrinq, pela Unicef e pelo Inesc para viabilizar a apuração do OCA.

4 Segundo o último Censo do IBGE (2010), a participação das crianças e dos adolescentes na população do MRJ correspondia a 27%. Em que pese a provável queda nesse percentual ao longo dos anos, optamos por mantê-lo inalterado, para não gerarmos distorções indevidas.

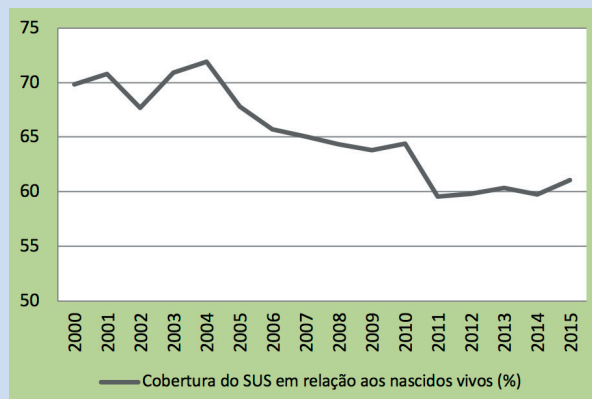
5 Dados da Secretaria Municipal de Saúde.

6 <https://www.unicef.org/brazil/media/2061/file/Bem-estar%20e%20priva%C3%A7%C3%B5es%20m%C3%BAltiplas%20na%20inf%C3%A2ncia%20e%20na%20adolesc%C3%A2ncia%20no%20Brasil.pdf>

7 https://docs.wixstatic.com/ugd/6f0244_8fc2f8e7cc974f9da1660fa7287c267b.pdf

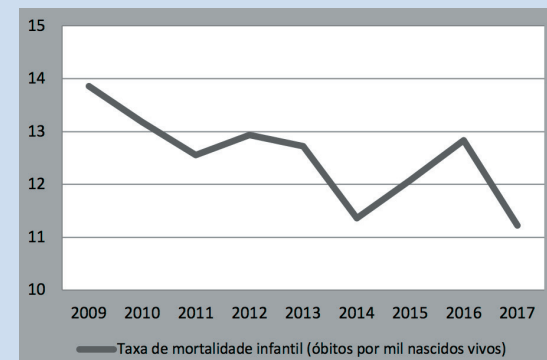
8 Portal e Disque-denúncia 127.

Gráfico 4 – Percentual de cobertura do SUS em relação aos nascidos vivos (2000-2015)



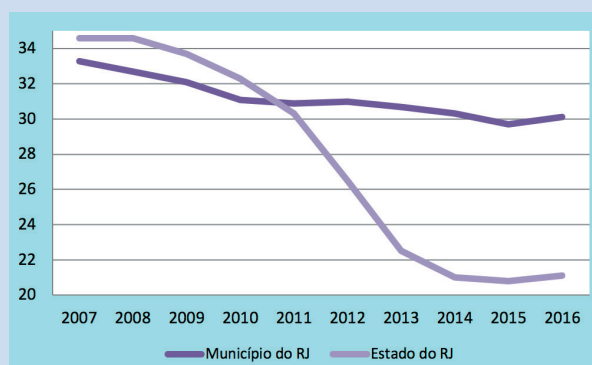
Fonte: SMS.

Gráfico 5 – Taxa de mortalidade infantil (2009-2017)



Fonte: IBGE.

Gráfico 6 – Distorção série-idade (%) no ensino fundamental do MRJ: Rede Pública Municipal x Rede Pública Estadual



Fonte: Data Rio.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (21 2103-0121). Para mais informações acesse www.corecon-rj.org.br/fpo-rj e www.facebook.com/FPO.Corecon.RJ. Coordenação: Econ. Luiz Mario Behnken e Econ. Thiago Marques. Assistentes: Est. Amanda Resende, Est. Daniel De Nadai e Est. Laura Muniz. Participantes do evento: Danilo Moura, Olenka Ochoa, Rebeca Cassiano, Rodolfo Mendoza e Rosana Cipriano. Organizadores: Márcia Oliveira (Rede Não Bata, Eduque) e Pedro Pereira (CEDECA). Colaboradoras: Ana Krishna (Assessora Dep. Rosane Felix) e Pâmela Matos (Assessora Ver. Reimont).

XXXIV Congresso da Ange

■ No período de 2 a 4 de outubro de 2019, na cidade de Goiânia, em Goiás, a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (Ange) realizará o seu XXXIV Congresso em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG) e o Centro Universitário Alves Faria (UniAlfa), com o tema “Desenvolvimento Econômico Brasileiro: Desafios para os cursos de Economia”.

O Congresso será composto de minicursos, mesas especiais, sessões de discussão e sessões de conteúdo. Estão planejadas reuniões de trabalho para socialização do processo de formação experimentado em diversas instituições de ensino superior que abrigam o Curso de Ciências Econômicas. Contaremos com conferencistas convidados de renome no Brasil.

Pretendemos realizar discussões sobre os temas fundamentais da formação dos economistas e apreciações da economia contemporânea. Esse congresso terá por objetivo promover o debate com coordenadores de cursos, docentes, profissionais, estudantes e demais interessados na formação dos economistas.

Neste ano pretendemos promover uma ampla discussão sobre a atual conjuntura econômica do país, diante das crises econômica, po-

litica, social e ética que têm assolado a nação nos últimos anos e deixando a discussão do desenvolvimento econômico relegada a segundo plano. Buscaremos ainda apresentar indicações possíveis de caminhos para a promoção do desenvolvimento em bases minimamente sólidas.

No próximo ano o paraibano de Pombal, Celso Furtado, considerado um dos mais importantes economistas do Brasil do século XX, se vivo estivesse, completaria cem anos. Ele integrou a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal)

da Organização das Nações Unidas (ONU), sediada em Santiago, no Chile, foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e fundador da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgão criado para incentivar o desenvolvimento do Nordeste. Ele enriqueceu e influenciou a formação dos economistas por meio de sua vasta publicação voltada para a temática do desenvolvimento brasileiro, desde sua formação econômica. Considerando que o nosso congresso se realizará em outubro,

pretendemos encerrá-lo abrindo as comemorações do centenário de Celso Furtado.

Apresentamos a programação resumida do XXXIV Congresso da Ange e contamos com a presença de todos aqueles interessados no ensino de Economia no Brasil.

Diretoria Executiva

Presidente: Prof. Adauto Roberto Ribeiro – PUCCAMP
Secretário: Prof. Paulo Sérgio Fracalanza – Unicamp
Tesoureiro: Prof. Eduardo Rodrigues da Silva – PUC Goiás

XXXIV Congresso da Ange – Goiânia de 2/10 a 4/10/2019

Data	Horário	Atividade
QUA (2/10)	8h - 20h	Recepção e credenciamento
	9h30 - 12h	Minicurso 1: Métodos quantitativos no ensino de Economia
	15h - 17h30	Minicurso 2: Perspectivas para o mercado de trabalho para os economistas
	17h30 - 18h	<i>Coffee-Break</i>
	19h - 20h	Mesa de Abertura – Autoridades
	20h - 22h	Palestra de abertura: O que está acontecendo com o nosso país?
QUI (3/10)	9h - 10h30	Sessão de Discussão 1: Alternativas metodológicas para o ensino de Economia
	10h45 - 12h15	Sessão de Conteúdo 1: O lugar do desenvolvimento econômico no ensino de Economia
	15h - 16h30	Sessão de Conteúdo 2: Bases conceituais da ortodoxia e heterodoxia no ensino de Macroeconomia
	16h45 - 18h30	Sessão de Discussão 2: A Escola Austríaca na formação do economista
	18h30 - 19h	<i>Coffee-Break</i>
	19h - 21h30	Sessão Especial: Propostas para a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro
	21h30 - 22h	Coquetel
SEX (4/10)	9h - 10h30	Apresentação de trabalhos e de experiências exitosas no ensino de Economia
	10h30 - 12h30	Sessão de professores e coordenadores
	10h30 - 12h30	Sessão Feneco - Acadêmicos de Economia
	15h - 17h	Assembleia Geral da Ange
	17h - 17h30	<i>Coffee-Break</i>
	18h - 20h	Encerramento da Ange Abrindo as comemorações do centenário de Celso Furtado (1920-2020)

Agenda de cursos - Inscrições abertas: www.corecon-rj.org.br/cursos_inscricao.php

Gestão Financeira

2/9 a 16/10/2019 | Carga horária: 42 horas
18h30 a 21h30 | segundas e quartas-feiras
Prof. Danilo Rennó

Tópicos em Economia da Saúde

1/10 a 31/10/2019 | Carga horária: 30 horas
18h30 a 21h30 | terças e quintas-feiras
Prof. Carlos Ocké

Gestão de Custos e Formação de Preços

8/10 a 31/10/2019 | Carga horária: 24 horas
9h30 a 12h30 | terças e quintas-feiras
Prof. Fábio Frazão

Atualize seu cadastro no Corecon-RJ

Manter o cadastro atualizado é fundamental para que o Conselho possa se comunicar com você. Solicitamos que você nos informe sobre qualquer mudança nos seus dados cadastrais, tais como: e-mail, endereço residencial ou comercial, telefones fixo ou celular etc. Você pode utilizar os seguintes canais:

1) Site do Corecon-RJ, www.corecon-rj.org.br, seção “atualização cadastral” (na barra superior). 2) Telefones: 21-2103-0113; 2103-0114; 2103-0115; 2103-0131.
3) E-mails: thiago@corecon-rj.org.br; karina@corecon-rj.org.br; silvia@corecon-rj.org.br; claudio@corecon-rj.org.br; samuel@corecon-rj.org.br; registro@corecon-rj.org.br.